

## SUMÁRIO

---

NOTA DA EDITORA.....	19
AGRADECIMENTOS.....	21
PREFÁCIO – Ricardo Villas Bôas Cueva .....	23
Introdução .....	29
Objetivos, antecedentes e sistema legislativo onde se insere .....	29
Origem da presente lei .....	31
O processo penal-administrativo .....	32
Responsabilidade objetiva.....	35
Responsabilidade objetiva administrativa de pessoa jurídica (artigo 1º) .....	37
A conduta objetiva e o foro administrativo .....	41
Objetividade dos delitos corruptivos do Estado e da pessoa jurídica.....	42
A construção doutrinária da responsabilidade penal objetiva .....	45
Configuração do delito corruptivo praticado pela pessoa jurídica.....	51

Caracterização da infração por pessoa jurídica .....	52
A pessoa jurídica como sujeito ativo do delito de corrupção .....	55
Pessoas jurídicas e o concurso dos agentes públicos.....	56
As pessoas jurídicas do artigo 1º .....	60
Significado do caráter empresarial.....	62
Conduta corruptiva das empresas, institutos e fundações públicas.....	63
O concurso do agente público como elemento necessário do delito corruptivo.....	65
A pessoa jurídica como único sujeito ativo .....	68
Inaplicabilidade da teoria do domínio do fato .....	71
Conflito no regime de competência no processo penal-administrativo .....	73
Competência exclusiva das corregedorias e das controladorias .....	75
Crítica aos decretos do Estado e do Município de São Paulo .....	76
O caráter meramente instrutório do “processo administrativo” de que trata o artigo 13.....	79
Critério de dimensão do dano civil .....	80
Instância recursal administrativa.....	81

---

A corrupção pública no Brasil.....	83
Os efeitos da corrupção na gestão pública.....	93
Ainda os efeitos da corrupção .....	97
A corrupção no mundo globalizado.....	99
As medidas internacionais de combate à corrupção.....	103
Aplicação ultraterritorial da presente lei.....	113
Princípios que orientam a aplicação da lei no espaço ....	115
O regime da ultraterritorialidade no Direito brasileiro e comparado .....	119
A ultraterritorialidade condicionada .....	123
Limitações das legislações estrangeiras .....	130
A ultraterritorialidade na presente lei.....	131
Potencial violação da soberania estrangeira: ausência de punibilidade no local do cometimento .....	132
Campo de aplicação indefinido .....	135
Corrupção por empresas brasileiras no exterior.....	137
Desconsideração do Direito estrangeiro .....	138
Solução através da cooperação internacional.....	142
Sujeitos objetivamente imputáveis pela conduta .....	145
O elenco das pessoas jurídicas imputáveis.....	150

Reorganização das pessoas jurídicas .....	155
Limitação da inversão da responsabilidade civil nas fusões e incorporações.....	157
Inexistência de tentativa na reorganização.....	163
Solidariedade .....	164
A característica empresarial das entidades sociais e filantrópicas .....	167
A questão da solidariedade penal e civil .....	168
Tipificação dos delitos de corrupção – Art. 5º .....	173
Instigação do agente público.....	175
Concurso necessário .....	177
Elementos do delito de corrupção.....	178
A responsabilização civil do Capítulo VI.....	179
Fundamentos da punição objetiva no plano administrativo.....	180
Fundamentos objetivos do processo penal-administrativo.....	184
A superação da dupla imputabilidade .....	186
Ainda os predicados do processo penal-administrativo..	190
As características punitivas do processo penal-administrativo – ( <i>jus puniendi</i> ).....	192

---

Tipificação das condutas lesivas à administração pública nacional ou estrangeira – Tipos objetivos.....	193
Inciso I do art. 5º .....	200
Inciso II do art. 5º.....	204
Inciso III do art. 5º .....	209
Contratação com o Poder Público – Inciso IV do art. 5º .....	212
Os cartéis como tipo de fraude concorrencial – Letra “a” do inciso IV do art. 5º.....	213
Ainda a letra “a” do inciso IV do art. 5º.....	216
Letra “b” do inciso IV do art. 5º. ....	222
Letra “c” do inciso IV do art. 5º .....	223
Letra “d” do inciso IV do art. 5º.....	225
Letra “e” do inciso IV do art. 5º .....	228
Letra “f” do inciso IV do art. 5º.....	233
Letra “g” do inciso IV do art. 5º .....	238
Inciso V do art. 5º.....	244
Delitos contra a Administração Pública, nacional e estrangeira – Art. 5º – <i>Caput</i> .....	247
Princípios da administração pública vinculantes da conduta – Art. 5º, <i>caput</i> .....	249

O princípio constitucional da legalidade.....	254
Princípio da finalidade da lei .....	256
Princípio da motivação .....	258
Princípio da supremacia do interesse público .....	261
Princípio da impessoalidade .....	267
Princípio da moralidade administrativa .....	269
Princípio constitucional da publicidade .....	278
Princípio constitucional da eficiência – A disfunção pública .....	289
Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	299
Os critérios de aplicação da multa penal-administrativa – Art. 6º .....	301
Gravidade da infração – Art. 7º – I – <i>Jus puniendi</i> .....	305
Mensuração da pena – Art. 7º – II.....	309
A consumação do delito corruptivo – Art. 7º – III .....	312
O grau de lesão – Art. 7º, IV.....	314
O efeito negativo da conduta corruptiva – Art. 7º, V ...	316
Situação econômica do infrator – Art. 7º VI .....	320
Regime de conformidade – Art. 7º inciso VIII e art. 16 ( <i>compliance</i> ) .....	323

---

Estrutura do regime de conformidade ( <i>compliance</i> ) – Auditoria interna .....	327
Comitê de governança.....	330
Cultura corruptiva e a institucionalização do regime de conformidade – O Pacto CGU.....	332
As três fases de adoção do regime de conformidade .....	334
Jurisdição administrativa do regime de conformidade...	337
Efeitos transacionais do Pacto CGU .....	341
O regime de conformidade como questão de Estado ....	342
Do processo penal-administrativo no caso concreto.....	343
Processo penal-administrativo e não administrativo sancionatório.....	347
Competência administrativa para punir e não para ressarcir – Princípios aplicáveis .....	352
Requisitos da condenação ( <i>jus puniendi</i> ) e unicidade processual .....	355
Normas aberrantes na presente lei – Incompatibilidade com o ordenamento .....	357
Desconsideração da personalidade jurídica .....	363
Aberrações do art. 15.....	365
“Processo Administrativo” para reparação de danos.....	367

Conclusão sobre o sentido dessas aberrações normativas .....	369
Acordos de leniência – Capítulo V .....	370
A questão do sigilo no acordo de leniência.....	374
Críticas infundadas ao acordo de leniência .....	377
Momento da pactuação .....	381
Efeitos da pactuação .....	381
Normas inaplicáveis ao pacto de leniência .....	382
Requisitos objetivos para a celebração do pacto .....	386
Autoridade competente .....	390
Descumprimento do acordo .....	391
Proposta de pacto e reconhecimento da prática corruptiva .....	392
Capítulo VI – Responsabilização judicial como efeito da condenação penal-administrativa.....	394
Objeto da ação civil pública.....	395
Efeitos civis da condenação penal-administrativa.....	397
Fonte probatória da condenação civil .....	399
Funções processuais diversas .....	400
Competências do Poder Judiciário.....	402

---

Natureza civil e administrativa da condenação judicial..	403
Legitimidade ativa .....	404
O objeto da ação civil pública.....	405
Processo civil de conhecimento.....	406
Teoria objetiva do risco civil .....	407
Complementariedade das condenações.....	408
Os demais efeitos da condenação penal-administrativa na esfera da ação civil pública .....	410
Danos morais causados ao Estado.....	411
Responsabilidade pela omissão das autoridades adminis- trativas – Art. 27 .....	415
Substituição processual.....	416
Cadastro – CNEP e CEIS .....	420
Prescrição .....	422
Não revogação de leis especiais .....	423
Referências .....	427